

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CAMPUS JARAGUÁ DO SUL
DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA COM
HABILITAÇÃO EM FÍSICA**

ODAIR FRANCISCO BORTOLUZZI

**AS DIFERENTES POLÍTICAS EDUCACIONAIS
ADOTADAS NO BRASIL DO PERÍODO COLONIAL
AOS DIAS ATUAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

JARAGUÁ DO SUL, 2016

ODAIR FRANCISCO BORTOLUZZI

**AS DIFERENTES POLÍTICAS EDUCACIONAIS
ADOTADAS NO BRASIL DO PERÍODO COLONIAL
AOS DIAS ATUAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

JARAGUÁ DO SUL, 2016

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CAMPUS JARAGUÁ DO SUL
DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA COM
HABILITAÇÃO EM FÍSICA**

ODAIR FRANCISCO BORTOLUZZI

**AS DIFERENTES POLÍTICAS EDUCACIONAIS
ADOTADAS NO BRASIL DO PERÍODO COLONIAL
AOS DIAS ATUAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

**Trabalho de Conclusão de Curso
submetido ao Instituto Federal
de Educação, Ciência e
Tecnologia de Santa Catarina,
Campus Jaraguá do Sul, como
parte dos requisitos de obtenção
do título de Licenciado em
Ciências da Natureza com
Habilitação em Física.**

**Orientador: Prof. Sérgio Carlos
Ehlert, Especialista em Didática e
Metodologia de Ensino.**

JARAGUÁ DO SUL, 2016

AS DIFERENTES POLÍTICAS EDUCACIONAIS ADOTADAS NO BRASIL DO PERÍODO COLONIAL AOS DIAS ATUAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA

ODAIR FRANCISCO BORTOLUZZI

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciado em Ciências da Natureza com Habilitação em Física e aprovado na sua forma final pela banca examinadora do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Jaraguá do Sul, 09 de dezembro de 2016

Banca Examinadora:

Sérgio Carlos Ehlert, Especialista em
Didática e Metodologia de Ensino
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Registro

Mauro Alves da Costa, Doutor em Linguística
Aplicada e Estudos da Linguagem
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Josiane da Silva, Especialista em Metodologia
de Ensino em Matemática e Física
Centro Universitário Internacional - Uninter

Agradeço a Deus, pelas benfeitorias que tem proporcionado em
minha vida;

Aos meus professores e colegas pelos ensinamentos e trocas de
experiências durante este período;

Agradeço aos familiares e amigos que sempre me apoiaram e
por muitas vezes souberam compreender a minha ausência.

Agradecimento especial à minha mãe e à minha esposa que
foram, sem dúvida, as maiores incentivadoras para a realização
deste trabalho.

O ideal é ainda a alma de todas as realizações.

Getúlio Vargas

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma pesquisa realizada de forma bibliográfica em livros e artigos que tratam sobre o histórico da política educacional no Brasil desde o período do Brasil Colônia até os anos atuais, buscando também avaliar as diretrizes da política de formação dos docentes. Durante este período foram implantados no Brasil diferentes métodos de educação, com diferentes objetivos e diferentes políticas educacionais. Ainda, por muitas vezes notou-se que a diretriz para a qual se desejava atender/formar o cidadão também sofreu constantes mudanças motivada por contextos políticos específicos de determinada época.

Ainda, apresenta a história de desenvolvimento das instituições que hoje compõem a Rede Federal de Ensino.

Atualmente, vivenciamos uma época onde é notória a necessidade de uma alteração na política educacional, visto os lamentáveis resultados obtidos em diferentes métodos de avaliação de rendimento dos estudantes das séries iniciais ao ensino de nível médio. Esta busca está muito além da sala de aula, pois nos tempos atuais não há uma diretriz forte e bem fundamentada quanto ao objetivo do ensino.

Ao realizar esta análise, verificou-se que a política educacional foi historicamente norteadada pelo objetivo da formação dos cidadãos da determinada época. A política educacional sempre esteve vinculada à política social e submetida a sua diretriz.

Palavras-chave: Política educacional. Diretriz. Contextos políticos. Formação.

ABSTRACT

The present work presents a bibliographical research in books and papers about the history of educational policy in Brazil from the period of Brazil Colony until current years, also seeking to evaluate the guidelines of the policy of teacher education. During this period different methods of education were implemented in Brazil, with different objectives and educational policies. Moreover, it has often been noted that people's educational guidelines have undergone many changes, motivated by specific political contexts of a particular period of time.

In addition, it presents the history of the development of institutions that are now part of the Federal Network of Education.

Currently, we are experiencing a time in which the need for a change in educational policy is evident, given the regrettable results obtained in different methods to evaluate students' performance from the beginning of primary until the secondary education. This search goes much further from classroom, because in current times there is not a strong and well-founded guideline focused on the teaching purpose.

In carrying out this analysis, it was verified that the educational policy was historically guided by the objective to form citizens from a particular period of time. Educational policy has always been linked to social policy and subjected to its guidelines.

Key Words: Educational policy. Guideline. Political contexts. Formation.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Crescimento da Rede Federal.....	47
---	----

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – Indicadores dos anos 1900, 1920 e 1940.....	22
TABELA 2 – Números de matrículas (1920 a 1940)	22
TABELA 3 – Indicadores dos anos 1950, 1960 e 1970.....	26
TABELA 4 – Números de matrículas (1950 a 1970)	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
EaD – Ensino a Distância
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ETF – Escolas Técnicas Federais
FMI – Fundo Monetário Internacional
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES – Instituição de Ensino Superior
IF – Instituto Federal
IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
ISE – Instituto Superior de Educação
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
MES – Ministério da Educação e Saúde
MESP – Ministério da Educação e Saúde Pública
Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAR – Plano de Ações Articuladas
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PEC – Plano de Emenda à Constituição
PIB – Produto Interno Bruto
PNLD – Programa Nacional do Livro Didático
ProUni – Programa Universidade para Todos
REUNI – Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UNED – Unidade de Ensino Descentralizada

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Justificativa.....	14
1.2	Definição do Problema	15
1.3	Objetivo Geral	16
1.4	Objetivos Específicos	16
2	REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1	O início da política educacional brasileira – breve resumo da política educacional do início do Brasil Colônia até as proximidades do final da primeira república.....	17
2.2	A política educacional brasileira – do início da Segunda República ao período ditatorial	24
2.3	A política educacional brasileira – do período ditatorial aos anos iniciais do século XXI.....	31
2.4	A política educacional brasileira – dos anos iniciais do século XXI ao ano de 2016	38
3	CONCLUSÃO	50
4	REFERÊNCIAS.....	52
5	ANEXOS	57

1 INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre os pilares que fundamentam a estrutura política e social da sociedade moderna. Dentre outras tantas, uma das certezas que vêm à tona é de que a política educacional é um desses pilares fundamentais de toda e qualquer sociedade.

O discurso presente na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de 1990, deixa claro que a ideia de que a educação deve ser tratada como um dos pilares de sustentação da política de desenvolvimento de um país. Nele, é possível constatar qual é a concepção de educação adotada pelos países signatários de tal compromisso. Já no prefácio da Declaração, é afirmado:

Entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional; Sabendo que a educação, embora não seja condição suficiente, é de importância fundamental para o progresso pessoal e social (Declaração Mundial sobre Educação para Todos, 1990).

Analisando as afirmações presentes nesse trecho do prefácio, fica claro que a educação é inserida no rol das políticas públicas responsáveis pelo desenvolvimento de um país, tornando-se condição necessária para se alcançar o progresso nas diversas áreas políticas.

Ainda nessa perspectiva, Deitos (2007), evidencia que a educação, além de ser fator fundamental no processo de formação do estado brasileiro, de acumulação e de reprodução do capital, serve também para responder e explicar a realidade social e econômica:

[...] a que a considera como ingrediente principal para o desenvolvimento econômico do país e sua integração à globalização; e a que considera para justificar as deficiências e a incapacidade do país em relação às mesmas determinações e

contradições econômicas, sociais e políticas em âmbito nacional e internacional (DEITOS, 2007, p. 53).

Embora não saibamos exatamente quando foi percebido essa necessidade de atenção à política educacional, é notório que o Brasil passou por um período no qual este aspecto não detinha tal relevância frente aos demais interesses do governo. Ficou evidenciado na história do Brasil que, por muitas vezes, os interesses políticos e financeiros prevaleceram perante os interesses da política educacional para todas as classes do povo brasileiro.

Este trabalho apresenta um estudo das políticas educacionais adotadas ao longo do tempo no Brasil, associando-as ao momento político vivenciado na determinada época, o qual nos permite verificar se o mesmo influenciou diretamente na sua diretriz. Ainda, realiza uma associação da política educacional adotada com os desempenhos obtidos no âmbito educacional.

1.1 Justificativa

É notável, para todo aquele que acompanha os noticiários ou para aquele que está inserido no meio educacional que o Brasil, não apresenta uma política educacional saudável que, ao menos, o classificasse dentro da elite dos países de melhores rendimentos no quesito educacional. Segundo notícia divulgada recentemente pelo jornal online “Estadão”, o Brasil amarga a 131ª colocação geral no ranking formado por 139 países avaliados. Segundo o jornalista Jamil Chade:

O Brasil continua sendo um dos piores países em termos de qualidade no ensino de ciência e matemática, apesar de começar a se recuperar no ranking dos mais preparados em relação à tecnologia de informação. Na classificação, publicada nesta quarta-feira, 6, em Genebra, pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil aparece na 133ª posição no que se refere à qualidade no ensino de ciências e na 131ª posição no ranking de educação geral. Foram avaliados 139 países. (CHADE, p. 01)

Porém, é importante destacarmos que em nenhum processo avaliativo, desde nossa colonização, conseguimos despontar em uma posição de destaque quando comparados a países de semelhantes condições econômicas e sociais em tal tipo de avaliação.

Há de se citar que o Brasil, embora seja um país “jovem”, possui uma história bastante peculiar no que diz respeito ao campo educacional. Nossa história é repleta de diferentes fases políticas. Cada fase possuiu alguma peculiaridade que acabara por apontar o rumo dos incentivos governamentais e, não tão indiretamente, dos incentivos à educação. Hora fomos uma colônia onde provavelmente não haveria a ênfase no âmbito educacional, hora fomos uma terra a ser colonizada por diferentes etnias do mundo – uma terra vista por muitos imigrantes como uma oportunidade de riqueza e prosperidade, porém baseada em esforço e trabalho e não baseada em estudo, hora vivemos em uma fase de industrialização, de desenvolvimento tecnológico, e assim por diante. Foram muitas as diretrizes políticas que nortearam o desenvolvimento do Brasil.

A partir destes fatos vivenciados e instigado por algumas leituras de autores que focam seus estudos na área de educação, optei pela realização de uma pesquisa bibliográfica sobre diferentes políticas educacionais que já foram utilizadas no Brasil, os contextos nos quais tais políticas estavam inseridas e os resultados obtidos perante a utilização de tal política.

1.2 Definição do Problema

Como os fatores econômicos e sociais influenciaram a política educacional no Brasil durante a construção da sociedade brasileira?

1.3 Objetivo Geral

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma análise das diferentes políticas educacionais adotadas em nível Federal no Brasil ao longo de sua existência, analisar os contextos nos quais tais políticas estavam inseridas e os resultados obtidos perante a utilização das mesmas.

1.4 Objetivos Específicos

- Identificar as diferentes políticas educacionais utilizadas em cada época do desenvolvimento nacional;
- Analisar os fatores que nortearam a política educacional no Brasil ao longo do tempo;
- Identificar em quais momentos a política educacional no Brasil voltou seu foco para a formação de professores;
- Apresentar o desenvolvimento da Rede Federal de Educação ao longo dos períodos analisados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Dividimos este capítulo sobre a política educacional brasileira em quatro partes: (1) do Brasil Colônia até as proximidades do final da primeira república, (2) do início da Segunda República ao período ditatorial, (3) do período ditatorial aos anos iniciais do século XXI e (4) dos anos iniciais do século XXI ao ano de 2016.

2.1 O início da política educacional brasileira – breve resumo da política educacional do início do Brasil Colônia até as proximidades do final da primeira república

Desde os primórdios da colonização brasileira até os tempos atuais, a política educacional brasileira passou por várias alterações quanto ao seu objetivo e aos responsáveis por esta política educacional.

No início, no período do Brasil Colônia (1500–1822), a educação apresentava o objetivo de garantir o domínio português sobre os índios e negros escravos. A política educacional tinha por objetivo garantir a estabilidade deste domínio e principalmente, reproduzir nas classes dominadas a cultura do povo dominador.

A companhia de Jesus, ordem religiosa incumbida pela coroa portuguesa e pelo Papado, para integrar as novas terras e os seus habitantes nativos ao mundo cristão e civilizado possuía a tarefa de civilizar tais habitantes através de formas alternativas de ação pedagógica.

Há de se destacar a importância do trabalho dos jesuítas para a vida da Colônia brasileira e, principalmente, para a educação brasileira. Tal importância é apontada por Maria Luisa Santos Ribeiro:

Assim, a vinda dos padres jesuítas, em 1549, não só marca o início da história da educação no Brasil, mas inaugura a primeira fase, a mais longa dessa história, e, certamente a mais importante pelo vulto da obra realizada e sobretudo pelas consequências que dela resultaram para nossa cultura e civilização. (RIBEIRO, 1998, p. 28)

O nível de instrução escolar existente neste período era baixíssimo. Poucos indivíduos dominavam a escrita e a leitura. Luiz Alves de Mattos relata a situação em que o Brasil encontrava-se no início da atuação da Companhia de Jesus da seguinte forma:

O analfabetismo dominava não somente as massas populares e a pequena burguesia, mas se estendia até a alta nobreza e família real. Saber ler e escrever era privilégio de poucos, na maioria confinados à classe sacerdotal e à alta administração pública. É bem verdade que os mosteiros e as catedrais eram quase que os únicos asilos das letras, tanto sagradas como profanas; mas sua atuação era modesta e restrita à satisfação de suas necessidades internas; não tinham a consciência de estar cumprindo uma missão social. (MATTOS, 1958, p. 37-38)

Os jesuítas construíram um sistema de ensino baseado no plano de estudos dos próprios jesuítas - o Ratio Studiorum. O ensino elementar, embora muitas vezes fosse oferecido ou reforçado nos poucos colégios da época, era adquirido dentro da própria família através dos parentes.

Segundo Ribeiro (1998), no Brasil os jesuítas elaboraram um plano de estudos de forma:

[...] diversificada, com o objetivo de atender à diversidade de interesses e de capacidades. Começando pelo aprendizado do português, incluía o ensino da doutrina cristã, a escola de ler e escrever. Daí em diante, continua, em caráter opcional, o ensino de canto orfeônico e de música instrumental, e uma bifurcação tendo em um dos lados, o aprendizado profissional e agrícola e, de outro, aula de gramática e viagem de estudos à Europa. (RIBEIRO, 1998, p. 21-22)

Quem possuía condições e desejasse concluir os estudos acadêmicos, ou seja, realizar o estudo de nível superior, deveria fazê-lo em Portugal pois neste período ainda não havia oferta de ensino superior no Brasil.

As condições econômico-sociais do Brasil Colônia não favoreciam o desenvolvimento de algo semelhante a um ensino público e popular.

Os Jesuítas deixaram de atuar na educação do Brasil quando foram expulsos através da reforma Pombalina, realizada pelo Marquês de Pombal. Tal expulsão se devia a dois principais fatores: fator econômico e fator ideológico.

Referente ao fator econômico, a Companhia de Jesus se tornou muito rica ao longo dos 210 anos de permanência no Brasil, o que conferiu aos jesuítas um enorme poder político, que em alguns momentos rivalizava com o poder do estado português. Além disso, vale ressaltar que a Coroa portuguesa se apossou de todo patrimônio dos Jesuítas expulsos.

Referente ao fator ideológico, a Companhia de Jesus disseminava por toda a sociedade colonial a moral e os costumes da Igreja Católica. À Igreja Católica interessava formar o “homem de fé”, enquanto que para Portugal já não interessava mais este tipo de educação.

Durante o Império (1822–1889) podia-se perceber traços de um delineamento de estruturas de classes sociais.

Neste período o ensino estava sob responsabilidade das províncias e tentava-se implantar diferentes propostas pedagógicas – baseadas em modelos europeus de ensino. Não há registros de uma proposta que tenha se sobressaído dentre as demais, porém sabe-se que nenhuma das propostas apresentou um resultado satisfatório.

Faria Filho e Veiga (2000) registram a dificuldade encontrada na disponibilidade do ensino durante este período:

Ao que tudo indica, muitos foram os limites enfrentados por aqueles que defendiam que a educação deveria ser estendida à maioria da população. Aos limites políticos e culturais relacionados a uma sociedade escravista, autoritária e profundamente desigual, já amplamente discutido pela historiografia, é sempre necessário considerar a baixíssima capacidade de investimentos das províncias. (FARIA FILHO; VEIGA, 2000, p. 145)

Durante o início da política educacional brasileira, evidencia-se uma despreocupação com formação intelectual.

Pode-se ver que:

A educação e com ela a escola formal foi um dos instrumentos de que lançaram mão os sucessivos grupos que ocuparam o poder para promover e preservar a dependência, através da exclusão pura e simples, impedindo-se o acesso e ou a permanência de grande parte dos brasileiros à escola; ou então por meio de um ensino de submissão, desprovido da preocupação crítica, assim como em relação aos conteúdos e aos métodos. (ZIENTARSKI, 2010, p. 4)

O ensino resumia-se no estudo da escrita, leitura e algumas contas matemáticas e era destinado apenas a uma pequena parcela da população em idade escolar. A educação neste período era elitista, ou seja, atendia somente a aristocracia da época. O ensino superior era baseado na literatura com a utilização de livros didáticos e apresentava um caráter profissional onde a retórica era enfatizada.

Somente no início da República, com o final do Império é que têm-se indícios de um início de uma política educacional estatal. Esta alteração na política educacional está relacionada com o fortalecimento do Estado perante a Igreja Católica. Destaca-se que até então, a política educacional era feita quase que exclusivamente pela sociedade civil que neste período encontrava-se sob as diretrizes da Igreja Católica.

Mesmo que consubstanciado como um regime federativo, descentralizado quanto à educação elementar, a República é referência para a história da educação como o período em que o poder público “assume a tarefa de organizar integralmente escolas, tendo como objetivo a difusão do ensino para toda a população”. (Saviani, 2004, p. 18).

No período da Primeira República (1889-1930) a política educacional passa, gradualmente, a ser valorizada como instrumento de reprodução das relações de produção. Até meados dos anos 20, a educação era tida como uma importante ferramenta de ascensão social. Devido a mesma ser o fator de classificação das classes sociais, as camadas médias buscavam com o intuito de ascender a classe alta da sociedade. A educação de nível primário não mobilizava o estado, visto que não havia a

necessidade de se atentar com a educação de quem estava classificado informalmente nas camadas mais baixas da sociedade da época.

Porém, na década de 20 houve uma expansão industrial e a criação de centros urbano-industriais. Evidenciava-se a decadência de uma sociedade oligárquica que cedia espaço a uma sociedade estruturada ao redor de grandes centros. Com estas mudanças em ocorrência, começaram a imergir alterações no âmbito educacional. Já quando dava-se início o período da segunda República, no ano de 1930, houve a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES) e com ele o sistema nacional de ensino. Tudo isso culminava com o surgimento da universidade, fruto da junção de várias instituições isoladas de ensino existentes naquele período.

Logo adiante, em 1934, a Constituição estabeleceu a construção de um Plano Nacional de Educação que coordenasse e supervisionasse as atividades de ensino de todos os níveis.

Todas essas alterações no plano da educação demonstravam que em tal período a política educacional ganhava ênfase perante as demais políticas sociais. Segundo Andreotti, as mudanças ficaram evidenciadas.

A instalação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 1930; a Constituição de 1934 estabelecendo a necessidade de um Plano Nacional de Educação, como também a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar, e as Reformas Educacionais nos anos de 1930 e 40 demonstram que, na época, houve mudanças institucionais e substanciais na educação escolar do país. (ANDREOTTI, p. 18)

Conforme informações mostradas na tabela abaixo, estima-se que nesta época a população brasileira se apresentava em um número próximo a 40 milhões de pessoas e a maioria destas se apresentavam na classe de analfabetos.

TABELA 1: Indicadores dos anos 1900, 1920 e 1940

INDICADORES	1900	1920	1940
POPULAÇÃO TOTAL	17.438.434	30.635.605	41.236.315
DENSIDADE DEMOGRÁFICA	2,06	3,62	4,88
% POPULAÇÃO URBANA	10	16	31
% DE ANALFABETOS (15 anos ou mais)	65,3	69,9	56,2

Fontes: Lourenço Filho, M. B. Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, p. 250-272, out./dez. 1965; Fundação IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas, 1970.

Porém, já era evidente uma crescente busca dos habitantes à instrução escolar. Na tabela abaixo é possível verificar em números este aumento. Vale ressaltar que os dados anteriores ao período republicano tratam-se de estimativas.

TABELA 2: Números de matrículas (1920 a 1940)

Ano	População de 5 a 19 anos	Matrícula no ensino primário	Matrícula no ensino médio	Total de matrícula	Taxa de Escolarização (%)
1920	12.703.077	1.033.421*	109.281*	1.142.281*	8,99
1940	15.530.819	3.068.269	260.202	3.328.471	21,43

Fontes: Fundação IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas, 1970; INEP/MEC; Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, n. 101.

Nota: * Dados estimados.

Sobre o acesso da população aos cursos elementares, disponibilizados, o trabalho de Sposito (1984) relata que,

[...] após 30 continua a ser ampliada a oferta de vagas nas escolas primárias da cidade de São Paulo, mantendo-se um elevado nível de atendimento. Mesmo assim, frente a demanda da população com a expansão urbana, um número considerável de crianças não conseguia frequentar os cursos primários. (SPOSITO, 1984, p. 32 - 34)

O que hoje é conhecido como a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o que engloba os Institutos Federais (IF), teve início no ano de 1909 através da criação de 19 “Escolas de Aprendizes Artífices” pelo então Presidente Nilo Peçanha. “Nilo

Peçanha instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, dando origem à rede federal que culminou nas Escolas Técnicas e, posteriormente, nos CEFET's" (Manfredi, 2002, p. 85).

O Decreto que tratava sobre a criação destas instituições de ensino apresentava como justificativa:

[...] o aumento constante das populações das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência, que para isso se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação. (Decreto nº 7.566, 1909)

Percebe-se a preocupação do Estado com o oferecimento de alguma alternativa de inserção dos jovens oriundos de camadas sociais menos privilegiadas ao mercado de trabalho evitando assim problemas sociais nos grandes centros urbanos.

Tais escolas eram subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Ganharam força como instituições de ensino quando sancionado pelo Congresso Nacional, em 1927, um projeto que prevê o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país. Neste período, tais escolas eram supervisionadas através de um órgão específico – a Inspeção do Ensino Profissional Técnico – que foi criado juntamente com o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) em 1930. Entre as funções da Inspeção do Ensino Profissional Técnico, estava a direção, orientação e fiscalização de todos os serviços relativos ao ensino profissional e técnico do País. Foram criadas as funções de Inspetor Geral e de Inspectores, em número de quatro, para fiscalizarem todas as escolas que ministrassem o ensino profissional no País e não somente as Escolas de Aprendizes Artífices, ligadas ao Governo Federal. Pouco tempo depois, em 3 de julho de 1934, a Inspeção do Ensino Profissional Técnico seria transformada em Superintendência do Ensino Industrial, por meio do Decreto-lei nº 24.558, subordinada diretamente ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

(FONSECA, 1961, p. 32-34)

Ainda neste período, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus.

2.2 A política educacional brasileira – do início da Segunda República ao período ditatorial

Realizar uma análise da política educacional deste período sem levar em conta o âmbito geral da política é praticamente impossível. Neste período o Brasil vivenciou vários fatos que acabaram por refletir em todos os aspectos da política. Houveram mudanças de regime, revoluções, influências externas oriundas das guerras mundiais, uma forte imigração por parte dos países europeus e ainda um período de industrialização nacional que ia ao encontro do ideal de reduzir a importação de produtos. Tudo isso acabou acarretando em significativas mudanças tanto de natureza social quanto econômica.

Maria Marta Chagas de Carvalho (1998) cita que o papel da educação foi “hiperdimensionado: tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de viabilizar o organismo nacional, de construir a nação”.

Neste período, a formação de educadores para escolas secundárias – as quais lecionavam as disciplinas de ciências naturais - era realizada através de um modelo fundamentado pelo Decreto-Lei nº 1.190 de 1939. Através deste, conheceu-se o esquema utilizado nos cursos de Licenciatura e Pedagogia que posteriormente ficara conhecido como “esquema 3+1”. Este apelido deve-se ao fato da formação ser composta por 3 anos de estudo de conteúdos específicos e 1 ano dedicado à formação didática. De acordo com Gatti (2010), a formação dos docentes ocorria posteriormente a formação dos bacharéis.

No final dos anos de 1930, a partir da formação de bacharéis nas poucas universidades então existentes, acrescenta-se um ano com disciplinas da área de educação para a obtenção da licenciatura, esta dirigida à formação de docentes para o “ensino secundário” (formação que veio a denominar-se popularmente “3 + 1”). Esse modelo veio se aplicar também ao curso de Pedagogia, regulamentado em 1939, destinado

a formar bacharéis especialistas em educação e, complementarmente, professores para as Escolas Normais em nível médio. (GATTI, 2010, p. 1356)

A Constituição de 1946 relatava a necessidade de alteração das políticas educacionais visto que as mesmas já não atendiam as necessidades do novo cenário brasileiro. Porém, somente em 1961 após diversos debates e adequações à proposta inicial, é que foi aprovada a Lei número 4.024 onde eram estabelecidas as diretrizes e bases da educação nacional. Desta Lei, vale destacar que a mesma oficializava que o oferecimento do ensino em todos os níveis poderia ser realizado tanto pela iniciativa pública quanto pela privada além de oficializar a flexibilização da organização curricular no território nacional. Quanto a estrutura do ensino, o mesmo continuava organizado da mesma forma que apresentava-se até então, ou seja: ensino pré-primário, ensino primário, ensino médio – subdividido em dois grupos: ginásial e colegial, e por fim, o ensino superior.

Logo após, em 1947, instalava-se na maioria dos municípios do Brasil uma nova oportunidade de acesso à educação, as classes de ensino supletivo. Este ensino foi responsável, além da alfabetização de um montante da população, pelo crescimento da procura e matrícula em cursos profissionalizantes disponibilizados naquele período. Esta classe de ensino perdurou por 13 anos e estima-se que atendia por volta de 400 mil alunos por ano.

Referente a esta modalidade de ensino, Haddad e Di Pierro (2000, p. 117) citam que:

[...] o Ensino Supletivo visou se constituir em “uma nova concepção de escola”, em uma “nova linha de escolarização não-formal, pela primeira vez assim entendida no Brasil e sistematizada em capítulo especial de uma lei de diretrizes nacionais”, e, segundo Valnir Chagas, poderia modernizar o Ensino Regular por seu exemplo demonstrativo e pela interpenetração esperada entre os dois sistemas (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 116).

Ainda, Haddad e Di Pierro (2000, p. 117) enfatizam que a

proposta de tal modalidade de ensino era a recuperação do atraso, a reciclagem do presente que acabaria por formar uma mão-de-obra que contribuiria para o desenvolvimento nacional, alcançado através de um novo modelo de escola.

Essa disponibilidade de ensino foi a grande responsável pela melhoria dos indicadores da taxa de analfabetismo nos anos pelos quais foi aplicada. Na tabela abaixo é possível perceber que, embora o país apresentasse um crescimento acelerado no âmbito populacional, a taxa de analfabetismo estava sendo reduzida de forma significativa.

TABELA 3: Indicadores dos anos 1950, 1960 e 1970

INDICADORES	1950	1960	1970
POPULAÇÃO TOTAL	51.944.397	70.119.071	94.501.554
DENSIDADE DEMOGRÁFICA	6,14	8,39	11,18
% POPULAÇÃO URBANA	36	46	56
% DE ANALFABETOS (15 ANOS OU MAIS)	50	39,5	33,1

Fontes: Lourenço Filho, M. B. Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, p. 250-272, out./dez. 1965; Fundação IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas, 1970.

Referente a formação de educadores, o golpe militar trouxe consigo novas alterações na política educacional. Para a formação de professores para as séries até o 6º ano do ensino primário, implantava-se a habilitação específica de 2º grau para o exercício do Magistério de 1º grau. Já para as séries finais do ensino de 1º grau e para o ensino de 2º grau, a formação de professores se dava em nível superior, em cursos de licenciatura curta (3 anos de duração) ou plena (4 anos de duração). Ao curso de Pedagogia conferiu-se a atribuição de formar os especialistas em Educação, aí compreendidos os diretores de escola, orientadores e supervisores educacionais, e inspetores de ensino.

Durante o período em que o Brasil esteve sob diretriz militar, a educação continuava sendo um “problema nacional”, porém aparentava ganhar uma posição de destaque entre as diversas políticas nacionais.

Assim, desde o início do período, a educação ocupa um lugar importante nos discursos oficiais. Neles, destacam-se certos temas que, mesmo

não constituindo um programa educacional estruturado, acentuar-se-ão, à medida em que se acentua o caráter autoritário do regime. Ao mesmo tempo, ao nível do discurso e ao nível da legislação, estes temas evoluirão sempre no mesmo sentido: colocar o sistema educacional a serviço da implantação da política autoritária. São os seguintes: a concepção da educação como problema nacional, a ligação entre educação e saúde e a ênfase na educação moral. (HORTA, 1994, p. 02)

Em meados de 1964 acentuou-se a política de incentivo ao ensino técnico-profissional. Neste período houve um aumento significativo da participação da iniciativa privada na formação escolar da população. Instituiu-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a 5.692/71, cuja característica mais marcante foi tentar dar a formação educacional, um cunho profissionalizante, procurando fazer com que a educação contribuísse, decisivamente, para o aumento da produção brasileira.

Fonseca (2006, p. 210) aponta que, nas décadas de 1970 a 1980, a escola pública assumiu mudanças na orientação da formação profissional, com a permanência da dualidade existente na educação brasileira, que apartou a escola básica da formação profissional, estimulando o setor privado a incentivar a formação profissional empresarial, com a prática de treinamento em serviço, tendo a educação vista como um apêndice da aceleração do desenvolvimento econômico, ao ser visada a integração empresa/escola e a qualificação profissional para o mercado de trabalho.

Desta forma, evidencia-se que a formação escolar já era vista como um diferencial no mercado de trabalho. Este fato, foi um dos grandes responsáveis pela elevada busca das vagas de ensino ofertados neste período. Houve uma massificação do ensino superior e para contê-la, os órgãos responsáveis alteraram o sistema de ingresso ao ensino superior deixando-o mais rigoroso. Isto resultou no egresso nas universidades de alguns setores da sociedade, logicamente, a camada mais pobre, pois, o vestibular passou a ser unificado e classificatório, resolvendo o problema dos excedentes.

A democratização do ensino superior levou à abertura para

sua privatização, entretanto provocou alterações na qualidade do ensino, sequelas que temos atualmente.

Em 1971, a Lei 5.692/71 visava à profissionalização do então ensino secundário, na tentativa de unificar o antigo ensino primário e médio, eliminando as diferenças entre os seus ramos (secundário, agrícola, industrial, comercial e normal). O objetivo de transformar o ensino secundário em profissionalizante era conter as aspirações para o ensino superior, que deveria continuar sendo das elites. Nesse período evidencia-se que a formação educacional profissionalizante contribuiria para o aumento da produção brasileira, (formação para o mercado de trabalho), o que não se verificou na prática, cujas sequelas persistem até o momento presente – objetivo de formar para o mercado de trabalho. A educação após este período passa a ter uma concepção de empresa, com ênfase na racionalidade, eficiência e produtividade dos seus funcionários, além de classificá-los em diferentes níveis salariais.

Neste período, o diploma de curso superior foi, de fato, um elemento de discriminação salarial, nas empresas. A distância entre cargos de nível médio e de nível superior era bastante significativa, nesse aspecto (CUNHA, 1981).

O crescimento das matrículas neste período, principalmente nas décadas de 70 e 80 está relacionado a outro fator além da questão de status social proporcionado pela questão salarial dos cargos alcançados com o estudo. Este fator é a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida. O Mobral possuía o objetivo de ensinar ao indivíduo técnicas de cálculos, leitura e escrita porém não havia o objetivo de formação de um cidadão consciente e crítico. Neste período, a conscientização política da população apresentava-se como uma ameaça aos detentores do poder. Além disso, o objetivo do Mobral quando alcançado era o suficiente para retirar o indivíduo dos indicadores de analfabetismo – os quais apresentaram uma melhoria significativa no período em que o programa perdurou.

Quanto a questão de retirar o cunho político do Movimento tem-se segundo Ebenezer Menezes e Thaís Santos (2001):

A ideia do Mobral encontra-se no contexto do regime militar no Brasil, iniciado em 1964, cujo governo passa a controlar os programas de alfabetização de forma centralizada. Até então, duas décadas antes, a reflexão e o debate em torno do analfabetismo no país convergiam para a consolidação de um novo modelo pedagógico. Nesse modelo, o analfabetismo era interpretado como efeito de uma situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária e, sendo assim, a educação e a alfabetização deveriam partir de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los. Os programas de alfabetização orientados neste sentido foram interrompidos pelo golpe militar, porque eram considerados uma ameaça ao regime, e substituídos pelo Mobral. Dessa forma, muitos dos procedimentos adotados no início da década de 60 foram reproduzidos mas esvaziados de todo senso crítico e problematizador. (MENEZES; SANTOS, 2001, p. 01)

Este movimento foi criado em 1970 durante o regime militar e foi extinto em 1985, quando foi substituído pelo Projeto Educar.

Na tabela abaixo pode-se verificar que realmente houve uma crescente na demanda pelas vagas ofertadas e uma considerável diminuição na taxa de indivíduos de idade entre 5 a 19 anos sem escolarização.

TABELA 4: Números de matrículas (1950 a 1970)

Ano	População de 5 a 19 anos	Matrícula no ensino primário	Matrícula no ensino médio	Total de matrícula	Taxa de Escolarização (%)
1950	18.826.409	4.366.792	477.434	4.924.226	26,15
1960	25.877.611	7.458.002	1.177.427	8.635.429	33,37
1970	35.170.643	13.906.484	4.989.776	18.896.260	53,72

Fontes: IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas, 1970; IBGE, Estatísticas da Educação Nacional, 1960-1971; INEP/MEC, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, n. 101.

Porém neste período não havia, na política educacional, a

participação dos principais envolvidos com o assunto, o que poderia ter sido aproveitado para a melhoria contínua de tal política. Cunha (1995) relata esta falta de participação ao escrever:

[...]. Em nenhum momento ocorreu à tecnocracia o fato de que o autoritarismo imperante no sistema educacional, a não-participação da população e dos elementos mais comprometidos com a educação – alunos, professores e pais - nas decisões dos processos educacionais e mesmo de outros segmentos intelectuais na definição das políticas educacionais poderiam estar também causando impasse. O Congresso concorreu virtualmente para desmascarar esta dimensão puramente técnica no trato das questões educacionais. (CUNHA, 1995, p.170)

Neste período, evidenciou-se uma política educacional autoritária, não suscetível a mudanças oriundas das classes envolvidas na prática com a questão educacional. Podemos entender com Severino (1986), que:

A nova política educacional implementada pelo governo pós-64, além de seu caráter puramente mercantil, tem, pois, função ideológica muito atuante, respondendo bem à reprodução da ideologia e, através dela, do sistema de relações sociais. O que se quer do sistema educacional é a produtividade, o baixo custo de mão de obra numerosa, mas com qualificação puramente técnica, disciplinada e dócil, adequada às necessidades da manutenção do sistema econômico vigente. Esta política acaba criando, na prática, dois sistemas: o público e o privado. (SEVERINO 1986, p.92)

No início deste período os centros de ensino que formariam futuramente os Institutos Federais, os Liceus Industriais, transformaram-se em Escolas Industriais e Técnicas. Vale lembrar que foi um período marcado pela oferta de educação voltada ao mercado de trabalho que encontrava-se em alta devido a industrialização brasileira no período. Para esta forma de educação as Escolas Industriais e Técnicas colaboravam substancialmente. Tais escolas, destinadas preferencialmente aos

"desfavorecidos da fortuna", eram de grau elementar e ofereciam cursos de seis anos de duração, dos quais os três últimos eram profissionalizantes. A criação dessas escolas assinalara a instituição de um sistema federal de ensino profissional, origem das escolas industriais e técnicas do Ministério da Educação (AVELLAR, 1970, p. 279).

A mudança mais significativa para estas instituições de ensino dentro deste período estudado ocorre em 1959 quando as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais (ETF), com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

2.3 A política educacional brasileira – do período ditatorial aos anos iniciais do século XXI

Saindo do período ditatorial através do movimento “Diretas Já”, a política brasileira teve relativas mudanças após a Assembleia Constituinte de 1987/1988 onde foi aprovada uma nova Constituição Federal. No âmbito educacional, a Constituição aprovada continha um capítulo específico para a educação nacional (Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, artigos 205 a 214, do Título VIII – Da ordem social) porém as medidas definidas só vieram a se concretizar anos mais tarde.

A educação foi um dos temas mais debatidos na Assembleia Constituinte de 1987/1988 e mobilizou diversos setores da sociedade, dentre eles os defensores do ensino público e gratuito. Estas mobilizações provocaram diversas discussões baseadas em estudos realizados, as quais originaram diversos movimentos sociais em defesa dos princípios que estavam sendo colocados em debate pela base governamentista.

Segundo Versiani (2010, p. 248):

Ao longo do processo constituinte de 1985-1988, não obstante os embates ideológicos e de interesses, a percepção da cidadania política ocupou um lugar significativo na sociedade brasileira. A ideia de uma Nova República se abriu, e nela o engajamento da população foi concebido, por grupos e pessoas, como ponto fundamental para que direitos fossem

conquistados. A Constituição de 1988 nasceu, portanto, com o valor simbólico de haver suscitado entre muitos brasileiros um novo ímpeto de mudança e de participação. (VERSIANI, 2010, p. 248)

Este período, no âmbito educacional provocado pela reforma educacional ficou marcado por dois momentos bastantes distintos.

O primeiro momento da reforma educacional iniciou em dezembro de 1988, após promulgada a Constituição Federal. Este momento ficou marcado pela tentativa de conciliação da sociedade política com a sociedade civil, lembrando que o Brasil encontrava-se em um momento de retomada da democracia após vinte anos de ditadura militar. Esta conciliação entre os setores permitiu o surgimento de práticas participativas de elaboração das políticas públicas. Neste momento da vida política do Brasil, a sociedade política e a sociedade civil estiveram integradas, interagindo constantemente nos processos de discussão e de elaboração da futura lei de educação.

Com a participação dos envolvidos no processo, os problemas no setor educacional passaram a ser analisados de forma técnica e política. Segundo Cunha (1995):

[...]. Todos os problemas, portanto, eram vistos, num certo momento, como problemas de deficiência e de falta, e as soluções para eles eram apontadas como de natureza técnica. Os problemas eram, por conseguinte, despojados da sua dimensão política e social. As alternativas que se apontavam, nesta perspectiva, reivindicavam: injeção de maiores recursos na educação, introdução de tecnologias modernas e avançadas para o ensino, ou a articulação de outros segmentos do próprio Estado para o encaminhamento de soluções adequadas ao preenchimento das carências do sistema educacional. (CUNHA, 1995, p.169-170)

A implantação de tais políticas ocorreu norteadas pelos objetivos de natureza neoliberal propostos pelos organismos internacionais para a educação nacional. Esta implantação começou a ser executada pelo Poder Executivo no governo do

presidente Itamar Franco, porém ganhou força apenas em 1995 quando o Brasil passa a ser governado por um novo governante.

O segundo momento ocorre no período 1995 a 2002 quando no Brasil começa a se identificar mudanças nas estratégias de ação do Estado visando a aprovação das políticas educacionais. Uma das mais marcantes estratégia foi a interferência do Poder Executivo no processo de elaboração das leis para a educação nacional. Isto ocorreu através da obstrução da tramitação dos projetos e da apresentação de projetos de leis substitutivos próprios ao mesmo tempo que se obstruía os projetos já finalizados. Esta estratégia foi evidenciada em vários momentos durante esta fase governamental. Tal interferência do Poder Executivo acarretou na regulamentação da lei diretriz educacional antes mesmo da mesma ser aprovada. Com essas estratégias, as ações do Poder Executivo começaram a predominar sobre as do Poder Legislativo.

Com isto, a aprovação da legislação específica para a educação nacional passou a ser orientada por critérios políticos e partidários que deixaram de lado a forma participativa de fazer política desenvolvida no primeiro momento, junto à sociedade civil. Desse modo, a política Neoliberal abriu espaço a uma ideologia de “globalização” dos assuntos educacionais e a política educacional brasileira passa a ser fortemente influenciada pelas diretrizes do Banco Mundial. Ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional foi atribuída a função de reestruturação neoliberal nos países em desenvolvimento, assim “sem o aval desses dois organismos, todas as fontes de crédito internacional são fechadas” (SOARES, 1998, p.21). Tais diretrizes levavam em conta apenas a dimensão instrumental da educação face à nova dinâmica do capital, numa perspectiva puramente economista. Este cenário permaneceu durante todo o período que o Brasil ficou sendo governado por defensores da política de diminuição do estado perante a economia – Política Neoliberal.

Por consequência dos restritos objetivos do governo deste período - a estabilidade monetária e a abertura do mercado para os fluxos de capitais internacionais - o monetarismo e o liberalismo estiveram fortemente impregnados na política econômica brasileira, e começam a influenciar no restante das políticas públicas, principalmente nas políticas educacionais. Imperando esta ideologia, não demorou muito tempo para ser institucionalizado o arrocho salarial dos trabalhadores da

educação. Ficou clara a desobrigação do Estado perante a educação e começaram graves cortes de verbas que até então eram destinados a áreas sociais, dentre as quais encontra-se a área educacional. O dinheiro então passava a ser destinado para o pagamento dos juros das dívidas aos banqueiros nacionais e internacionais.

Segundo o Banco Mundial, os países em desenvolvimento apresentavam um gasto elevado com a educação superior, e dessa forma deveriam rever seus investimentos educacionais afim de eliminar subsídios como “alojamentos e comida aos estudantes; propondo também a cobrança de taxas dos alunos já graduados” (BANCO MUNDIAL, 1995, p.03).

Neste período, a política educacional estava sofrendo todos os efeitos da estrutura capitalista da política econômica. Por estarem sendo tratadas separadamente e com ênfases e incentivos diferenciados, fica claro que a política educacional encontrava-se subordinada às diretrizes da política econômica.

Diante disso, setores organizados da sociedade civil montaram uma proposta que se contrapunha às propostas elaboradas pelo Poder Executivo. Esta proposta elaborada lutava pela hegemonia nacional, procurando a defesa dos princípios éticos de igualdade e justiça social radicalmente diferentes daquelas que setores sociais hegemônicos utilizavam para manter a lógica neoliberal, subordinada aos interesses do grande capital especulativo.

Destas duas propostas levantadas na época, a que hoje rege os destinos da educação nacional é o que foi instrumentado pelo Poder Executivo. Neste período, o governo acabara por impor uma visão economista aos problemas sociais – resquício da adoção de uma política de abertura ao capital internacional com suas ideias. Na busca por recursos para a implementação da uma política pretendida, o governo acabou cedendo parte da direção política e econômica ao Fundo Monetário Internacional (FMI) a partir da assinatura de acordos.

Neste momento a política financeira brasileira ficara mais autônoma e volátil pois fazia parte desses acordos a garantia de que o dinheiro gerado através dos investimentos deveria ser utilizado para a quitação da dívida assumida junto ao FMI. Com isso a política financeira do Brasil teve um direcionamento único: a busca de receita. Isto ocasionou altas taxas de juros, provocou no país uma grande recessão e a abertura da economia e à

economia global. Como resultado, tem-se nos anos noventa o desmonte do parque industrial e produtivo nacional, o desemprego em grande escala, a desnacionalização da economia, o abandono da produção agrícola e a transferência do patrimônio público para incentivar a instalação de empresas multinacionais em solo brasileiro. Com a política liberal a estabilidade monetária foi prioridade.

Em relação a formação de professores, a Lei de 1996 estabelecia a criação de Institutos Superiores de Educação (ISE), os quais seriam responsáveis pela formação de professores para a Educação Básica. A formação dos docentes para a Educação Infantil e Educação Fundamental era realizada através de curso Normal Superior.

Ebenezer Menezes e Thaís Santos (2001) citam que:

Segundo o artigo 62 da LDB: “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal”. (MENEZES; SANTOS, 2001, p. 01)

Porém, houve neste período uma grande instabilidade quanto as diretrizes governamentais sobre as propostas de formação dos docentes. Ainda neste período houve praticamente a extinção do projeto do Instituto Superior de Educação, o que deixava evidente a falta de um projeto eficiente para a área de formação de professores.

Referente à formação em si, não havia clareza no foco da formação, ou seja, não era claro se os cursos deveriam primar pela aprendizagem de conteúdos específicos ou oferecer uma maior consistência pedagógica.

Neste sentido, Freitas (2002) comenta sobre a tentativa de mudança do foco da política educacional na formação de professores:

Nossa hipótese é a de que as atuais políticas para graduação e também para a pós-graduação

pretendem gradativamente retirar a formação de professores da formação científica e acadêmica própria do campo da educação, localizando-a em um novo "campo" de conhecimento: da "epistemologia da prática", no campo das práticas educativas ou da práxis. Vários estudos vêm firmando esta perspectiva, fortalecidos pelas reformas educativas das últimas décadas. (FREITAS, 2002, p. 04)

Houve o surgimento de disciplinas na modalidade de ensino a distância e reduções de carga horária de disciplinas, o que acabava propiciando uma formação apressada e fragmentada. O que se percebia era que nas ações tomadas havia um objetivo oculto de reduzir os custos da formação dos docentes porém ao custo de uma formação incompleta que buscava atingir somente o mínimo do atendimento as exigências das normas educacionais vigentes.

Era evidente a necessidade de se repensar a política de formação de professores no Brasil pois as que vinham sendo adotadas não estavam se sobressaindo perante aos desafios da sociedade daquele período. Uma das questões que mais refletiam, em termos de qualidade do ensino neste período, é a questão salarial dos envolvidos com a educação, principalmente os docentes. Esta classe sofreu, por um longo período, um congelamento salarial. Tal situação implicava diretamente na questão qualitativa do ensino pois a política de arrocho salarial, tornava a profissão de professor pouco atraente. Pesquisa realizada (SILVA, 1981) mostra que a parcela menos qualificada, dentre os selecionados no exame vestibular, destina-se aos cursos de formação de professores, gerando um círculo vicioso, porque são estes jovens menos qualificados que irão formar gerações cada vez mais despreparadas.

Neste período já se fazia valer por lei a obrigatoriedade do ensino no Brasil. A Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 tratava, entre outras coisas, do dever do Estado com educação escolar pública. Esta lei citava que a educação básica era obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade e estaria organizada da seguinte forma: pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. Com isto, os indicadores de taxas de escolarização passaram a mostrar altos índices de matriculados e atendidos pela política educacional.

Este período de política neoliberal ficou marcado pela tentativa de privatização de diversos setores da economia nacional, dentre eles do setor educacional. De acordo com Frigotto (2003):

As propostas neoliberais como alternativas no campo educativo expõem os limites do horizonte da burguesia e, em casos como o brasileiro, sobre determinados por uma burguesia atrasada, elitista e despótica. Isto, como vimos, se materializa de forma exemplar no embate em torno da educação no processo constituinte (1988) e, mais especificamente, no processo em curso há mais de 5 anos da LDB (1989-1995). O discurso da modernidade esconde o profundo atraso histórico. O que vem ocorrendo por inúmeros disfarces, convênios, cooperativa etc., é a privatização crescente e o desmonte da escola pública. (FRIGOTTO, 2003, p.203)

No que diz respeito às instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, este período da história política nacional nos apresenta algumas mudanças bastante consideráveis. A principal delas ocorre em 1994 quando as Escolas Técnicas Federais (ETF's) são gradativamente transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's). Outra mudança ocorrida neste período está relacionada com a forma de expansão da oferta desta modalidade de ensino. O governo, por meio da Lei 9.649 de 1998, escancarava o seu distanciamento em relação à educação profissional e tecnológica. Tal Lei, apresentava no artigo 47:

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parcerias com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos estabelecimentos de ensino. (Lei 9.649, 1998, Art. 47)

Ao todo, desde a criação da Rede Federal até o final deste período, tal Rede já contava com 140 instituições de ensino.

2.4 A política educacional brasileira – dos anos iniciais do século XXI ao ano de 2016

Nos anos iniciais de século XXI houve novamente no cenário político nacional a troca de gestão. Deixava o cargo uma equipe política apoiadora das teorias Neoliberais e assumia uma nova equipe com discursos de apoio à classe social menos privilegiada. Conforme Frigotto (2011, p. 237) “as forças sociais que conduziram ao poder o atual governo tinham, em sua origem, a tarefa de alterar a natureza do processo societário, com consequências para todas as áreas”. Ainda segundo Frigotto (2011), este período foi conturbado para a política nacional, e o mesmo elenca alguns aspectos:

retomada, ainda que de forma problemática, da agenda do desenvolvimento; alteração substantiva da política externa e da postura perante as privatizações; recuperação, mesmo que relativa, do Estado na sua face social; diminuição do desemprego aberto, mesmo que tanto os dados quanto o conceito de emprego possam ser questionados; aumento real do salário mínimo (ainda que permaneça mínimo); relação distinta com os movimentos sociais, não mais demonizados nem tomados como casos de polícia; ampliação intensa de políticas e programas direcionados à grande massa não organizada que vivia abaixo da linha da pobreza ou num nível elementar de sobrevivência e consumo. (FRIGOTTO, 2011, p. 240)

Podemos dizer que este período ficou marcado na história da política brasileira por grandes méritos mas também por algumas tragédias ligadas à escândalos de corrupção que vieram à tona neste período. No setor econômico houve a manutenção da política que havia sendo utilizada pela gestão anterior com alguns melhoramentos com o objetivo de alcançar o controle da inflação que no período encontrava-se em alta prejudicando toda a cadeia econômica do país. Somente após o alcance da estabilidade econômica é que se viu o engajamento do governo perante as demais questões importantes, entre elas a saúde, a segurança pública e a educação. Ainda, a estabilidade econômica propiciou

ao governo o alcance da melhora no Produto Interno Bruto (PIB) que atingira um crescimento médio de cerca de 4% ao mês – esse índice era praticamente o dobro do alcançado pelo governo brasileiro desde os tempos da ditadura militar. Esse crescimento proporcionou ao Brasil, naquele período, o alcance da 8ª posição no ranking das maiores economias do mundo. Conforme relato de Luis Guilherme Camfield Barbosa (2012, p. 45) “o governo petista também é o primeiro da república pós 1986 que não desenvolve um plano econômico próprio, procedendo dessa maneira com uma continuidade do Real, estável e de inflação controlada.”

Com o atingimento da estabilidade econômica, o governo iniciou a efetivação do que viria a se tornar um dos marcos do governo, a redistribuição de renda. Iniciaram-se diversos programas sociais que buscavam a expansão do crédito, o aumento das taxas de emprego e aumento salarial. Havia dois objetivos que acabavam por efetuar um sombreamento entre si. O primeiro objetivo era o de promover a ascensão das classes menos favorecidas (“bandeira” defendida pelo governo deste período). O segundo objetivo era efetuar o aquecimento da economia interna, ou seja, fazer com que o dinheiro “gire” dentro do país. Este objetivo foi bastante percebido no setor industrial, pois de fato a maior parte da renda do trabalhador brasileiro passou a ser revertida em compras. Esta alta do consumo acabara por estimular os investimentos no comércio e na indústria, inclusive gerando ainda mais empregos, contribuindo assim com a manutenção deste ciclo econômico.

No início deste novo período da política brasileira houveram grandes desafios referente a gestão de fundos para as políticas educacionais. Por restrições do Fundo Monetário Internacional, a verba disponível para se investir na educação se reduziu de 8 bilhões para 7 bilhões nos anos iniciais deste novo governo.

Para a questão educacional, o governo tratou de tomar medidas baseadas nas tratativas do Fórum Mundial Social. Neste Fórum, os reitores da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e convidados de entidades ligadas diretamente ao ensino, anunciaram a criação de três grupos de trabalho:

- 1 – Grupo destinado a levantar as condições de infraestrutura do cenário educacional brasileiro daquele período;
- 2 – Grupo destinado ao estudo das necessidades

emergenciais de ocupação e criação de vaga, estudo para a viabilidade de instalação de cursos noturnos e engajamento das universidades em projetos do governo (principalmente o programa de erradicação do analfabetismo);

3 – Grupo destinado a apresentar uma nova proposta que embasaria a reformulação das universidades.

A partir deste governo notou-se que a educação passou a ser tratada de forma mais integrada, ou seja, as políticas educacionais passaram a atender com a mesma importância todos os níveis da educação básica.

Para Lima (2008), esta década está marcada por um processo de contrarreformas quando já no ano de 2003 se evidenciou a prioridade que o novo governo atribuiu a esta área, tendo em vista as diversas ações que se explicitaram nos correntes anos por meio de medidas provisórias, projetos de lei, leis e decretos.

Estimava-se que nesta época havia no Brasil cerca de 60 milhões de jovens e adultos com mais de 14 anos que possuíam em seu currículo apenas os 8 anos obrigatórios de estudo somando ao contingente analfabeto herdado de outras épocas em que o estudo não era obrigatório. Este alto índice aliado a nova diretriz da política educacional brasileira fez com que o governo criasse um Plano de Emenda à Constituição (PEC) onde criava o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Na perspectiva dos diferentes entes federativos (União, Estados e Municípios) cabem a responsabilidade de implantação, gestão, manutenção dos seus respectivos sistemas e a responsabilidade por transferências supletivas por parte da União de recursos para o financiamento dos sistemas estaduais e municipais, e dos Estados a responsabilidade complementar de transferência de recursos para o financiamento dos sistemas municipais (CASTRO, 2009).

O Fundeb é um fundo que fornece recursos para todas as etapas da Educação Básica – desde creches, Pré-escola, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio até a Educação de Jovens e Adultos. O objetivo principal do Fundeb é aumentar os recursos na Educação Básica e distribuir melhor esse investimento no País.

Este programa teria duração prevista de 14 anos e se fundamentava na aplicação de parte do valor arrecadado através

de impostos ao fundo criado.

Neste período, houve uma preocupação por parte do governo na oferta de vagas. Por iniciativas governamentais nunca antes vistas, foram aumentadas as vagas no ensino superior público através da criação de novas universidades, algumas faculdades tornaram-se universidades e houveram várias ampliações de campi no país. Tudo isso culminava em um objetivo de aumentar o número de profissionais qualificados, principalmente na área da docência que encontrava-se defasada de profissionais. Para Frigotto (2005) as propostas de ampliação do ensino superior não se limitavam à ampliação da rede pública. Para satisfazer à demanda, o governo previu a ampliação de acesso às Instituições de Ensino Superior (IES) privadas por meio de incentivos estabelecidos via programas governamentais. Dessa forma, o governo contribuiu para a elevação do número de IES públicas e privadas.

Além da formação, investia-se na capacitação dos docentes. Milhares de docentes foram capacitados através de programas de formação continuada, principalmente devido a criação da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores que estima-se ter capacitado cerca de 75 mil docentes. Houveram investimentos visando a criação e o aperfeiçoamento de centros de formação de professores, principalmente para as disciplinas de Física, Química, Biologia e Matemática – áreas que apresentavam uma maior demanda de professores.

Porém, mesmo com os incentivos governamentais, ainda penamos neste campo devido às desigualdades geradas pelo nosso modelo econômico de base capitalista que impossibilitam “[...] uma política global de formação e valorização dos profissionais da educação que contemple de forma articulada e prioritária a formação inicial, formação continuada e condições de trabalho, salários e carreira [...]” (FREITAS, 2007, p. 1204).

Outro investimento realizado com o objetivo de alcançar uma melhoria imediata na qualidade do ensino dos estudantes brasileiros foi o aumento do número de livros didáticos disponibilizados às escolas. Aumentou-se a verba destinada ao programa de distribuição gratuita de livros didáticos – o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Este programa distribuía mais de 120 milhões de livros e foi o maior programa com esta finalidade existente no mundo.

Neste período iniciava-se a oferta de bolsas de estudo. Para este fim, o governo criou o Programa Universidade para Todos (ProUni). O ProUni concedia bolsas de estudos integrais ou parciais a estudantes de baixa renda em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior. Logo nos dois primeiros anos de implantação do programa, foram concedidas cerca de 242 mil bolsas de estudo aos estudantes de baixa renda.

Além, neste período o governo lançou o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), cujo principal objetivo era ampliar o acesso e permanência na educação superior. O governo federal, por intermédio do REUNI, adotou uma série de medidas para expandir o ensino superior público. A intenção do plano foi criar condições para a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação (Araújo e Pinheiro, 2010), mediante ações para aumentar o número de vagas nos cursos de graduação, a ampliação de oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão (Brasil, 2007).

Segundo Araújo e Pinheiro (2010) o REUNI foi uma tentativa de dar resposta à crise do ensino superior, por meio de novos arranjos organizacionais e novos mecanismos de gestão, na busca da eficiência no gasto público, mediante contratos por resultados firmados com as Universidades Federais. Essa foi a aposta do governo para resolver os problemas de expansão em curto prazo.

Vê-se nos anos iniciais deste novo governo uma tentativa de melhorar a formação educacional de jovens e adultos que não haviam concluído o ciclo estudantil. Esta tentativa apesar de não ter sido, ficou marcada como uma tentativa de melhoria de indicadores educacionais em um curto espaço de tempo. Devido a forma que foram aplicados, muitas vezes os incentivos a educação de jovens e adultos foram criticados por não buscarem a formação de indivíduos críticos, mas sim buscarem a abordagem dos assuntos mínimos necessários para considerar tais estudantes como instruídos e formados. Toda crítica se baseava em torno da baixa carga horária destinada à essa formação.

Como afirmam Rummert e Ventura (2007), os programas do governo federal para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), de caráter aligeirado e compensatório, representaram novos arranjos da mesma lógica que marcou as políticas para essa modalidade no país, a saber: atender as necessidades de

sociabilidade do próprio capital, bem como amenizar as tensões sociais e os males que o sistema capitalista proporciona.

Ainda, neste período houve a regulamentação do Ensino a Distância (EaD). Esta modalidade de ensino proporcionou à um grande número de pessoas o acesso à educação/formação escolar.

Outro fato a se destacar deste período é que nele ocorreram as primeiras tentativas de inclusão de estudantes especiais às salas de aula. A questão da inclusão foi debatida e apresentada na Declaração de Salamanca. Esta, defende os direitos da educação, onde todas as crianças precisam estudar juntas independentes de suas diferenças. Embora a questão inclusiva tenha sido debatida a nível mundial ainda em 1994, no Brasil esta educação inclusiva demorou a acontecer. As primeiras tentativas de atendimento a tal Declaração são frustradas por motivos, muitas vezes, de infraestrutura precária e falta de capacitação dos profissionais envolvidos. Além destas, houve um certo preconceito para com os alunos portadores de necessidades específicas pois além do espaço físico, haviam cabeças que ainda não estavam preparadas para aquela realidade. Até então, nunca havíamos tido um cenário semelhante a este e, nunca houve uma educação de respeito para com as diversidades dos seres humanos em suas situações reais, sejam elas financeiras ou fisiológicas.

Outra marca forte deixada neste período no setor educacional é a reforma universitária tentada pôr em prática. Tal reforma universitária poderia ser resumida em uma política estatal que por detrás existe um projeto político norteado por interesses onde a maioria perde e a minoria ganha. Esta reforma possuía como objetivo principal, o aumento das vagas ofertadas nos cursos de ensino superior.

Porém esta tentativa traria consequências drásticas para a educação. Deixava-se de lado a preocupação com a formação humanista e o pensamento crítico e atrelava-se a educação um elemento mercantil. Isto, de acordo com Frigotto e Ciavatta (2003) contradiz um dos objetivos da educação:

[...] a educação é tanto um direito social básico e universal quanto vital para romper com a histórica dependência científica, tecnológica e cultural do país, e fundamental para a

construção de uma nação autônoma, soberana e solidária na relação consigo mesma e com outras nações. A educação é, portanto, ao mesmo tempo determinada e determinante da construção do desenvolvimento social de uma nação soberana. Além de ser crucial para uma formação integral humanística e científica de sujeitos autônomos, críticos, criativos e protagonistas da cidadania ativa, é decisiva, também, para romper com a condição histórica de subalternidade e de resistir a uma completa dependência científica, tecnológica e cultural. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p.93-130)

Através desta reforma, oportunizava-se a grande oferta de ensino por universidades particulares o que conseqüentemente anulava a necessidade de criação de novas universidades para o aumento de vagas disponíveis.

Notou-se que o estudo havia se tornado um negócio para o governo e para as instituições que ofertavam tais serviços quando observou-se que a oferta do ensino superior se tornava a venda de uma mercadoria, a formação do aluno se tornava a preparação para o mercado, o conteúdo do ensino se tornava utilitário, as instituições estatais de ensino passavam a objetivar lucro. Tudo isso trouxe como consequência uma notável queda da qualidade do ensino pois o professor dispunha de menos tempo para se dedicar a pesquisa, atualização. Além disso, as salas de aula haviam se tornado mais cheias, porém não se avaliou o fato de que quanto maior o número de alunos em uma sala de aula menor é o rendimento destes e esta era, até então, uma das vantagens do ensino superior estatal sobre o privado. Em resumo, havia ficado claro o objetivo de diminuir os custos de formação dos estudantes e ainda, como objetivo não declarado, diminuir a qualidade do ensino equilibrando a diferença entre instituições estatais e privadas sem levar em conta que estavam “produzindo” profissionais com formação inferior.

Neste período houve a criação, por parte do governo, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que se compunha de um conjunto de medidas que visava a aceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira, além de uma série de mudanças administrativas e legislativas. Uma dessas medidas foi o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que

estabelecia o objetivo de nivelar a educação brasileira com a dos países desenvolvidos até 2021 e previa medidas até 2010, entre elas a criação de um índice para medir a qualidade do ensino e de um piso salarial para os professores de escolas públicas. O PAC da Educação dava ênfase ao ensino básico do Brasil.

A medida adotada para o acompanhamento da qualidade do ensino foi a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que, como mencionado, era uma referência desenvolvida pelo governo para servir de indicador de qualidade na educação. Quando mapeada a qualidade do ensino através do IDEB, cabia ao governo ofertar o apoio técnico e financeiro aos municípios que apresentavam os índices insuficientes da qualidade do ensino. Este repasse de recursos era efetivado através da adesão dos municípios ao projeto “Compromisso Todos pela Educação” e da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR). Assim, todos os municípios e estados do Brasil se comprometiam ao atingimento de metas estipuladas.

Mundialmente, este período foi marcado por diversas crises políticas em vários países. De início, tais crises não impactaram a política no Brasil, porém passados alguns anos, o Brasil se viu mergulhado em uma crise aparentemente mais política do que econômica, porém tal crise afetou os investimentos e programas das áreas sociais, dentre elas as políticas educacionais. Viu-se então a diminuição de verbas destinadas a este setor e como resultado, um atraso no que diz respeito ao atingimento das metas educacionais previamente estipuladas.

As instituições de ensino da Rede Federal tiveram, neste período governamental, uma valorização nunca antes vista no país. Logo no início do período houve a regulamentação, realizada através de decreto, da integração do ensino técnico de nível médio com o ensino médio, tornando possível os cursos técnicos integrados. Por lei, alterou-se a diretriz anterior referente a expansão de ofertas da educação profissional. Tal alteração eliminava a obrigatoriedade de haver a parceria com os estados, municípios, setores produtivos ou organizações não governamentais, citando que as expansões deveria ocorrer preferencialmente com tais parcerias.

Também foi visto logo no início deste período o desenvolvimento de um plano de expansão das instituições da rede federal. Em 2005 foi lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal, através da construção de 64 novas

unidades de ensino pelo Governo Federal. Logo adiante em 2007 foi lançada a segunda fase que contou com a construção de várias outras instituições e assim por diante até os dias atuais. No ano de 2008, 31 centros federais de educação tecnológica (CEFET's), 75 Unidades de Ensino Descentralizadas (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) – designação utilizada até o presente momento. Parte disto deve-se ao fato da rede Federal atender grande parte da formação profissional de nível médio. Segundo o Ministério da Educação, neste período, o tratamento a ser dado à educação profissional seria de reconstruí-la como política pública e

[...]corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, ali-geiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores.
(Brasil, MEC, 2005, p. 2)

Outro fato memorável ocorrido neste período referente aos Institutos Federais de ensino foi a abertura para com a oferta de modalidades de ensino. Atualmente tem-se 38 Institutos Federais presentes em todos estados, ofertando cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

Como dito anteriormente, neste período houve um grande investimento por parte do governo para com a Rede Federal. Em número de instituições, passa-se de 140 instituições em 2002 para 644 campi em funcionamento no ano de 2016 (dados extraídos do site do Ministério da Educação – MEC em <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>, no dia 18/11/2016 as 20:18). Esta expansão da Rede Federal pode ser analisada de forma minuciosa na Figura 1 presente abaixo:

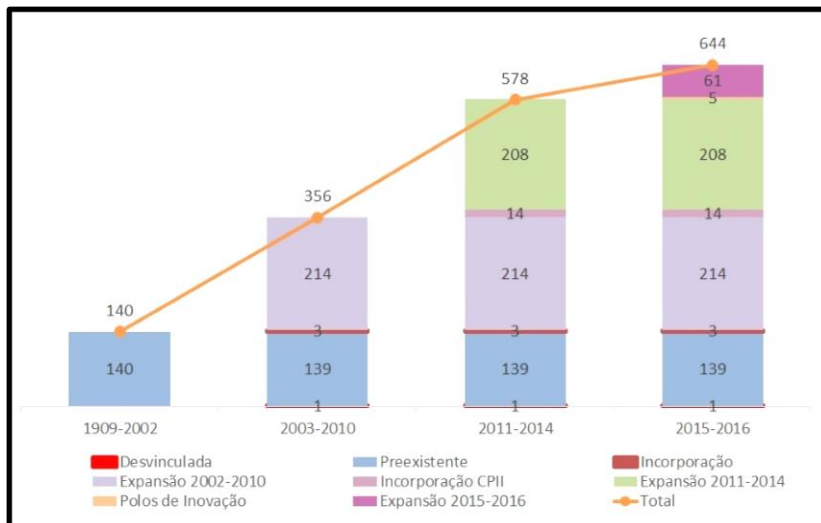


FIGURA 1 – Crescimento da Rede Federal

A Rede Federal possui atualmente um papel de referência em termos de reorganização das instituições federais. Tal notoriedade fica evidenciada no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE que cita:

Talvez seja na educação profissional e tecnológica que os vínculos entre a educação, território e desenvolvimento se tornem mais evidentes e os efeitos de sua articulação, mais notáveis. [...] Diante dessa expansão sem precedentes, a proposição dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, como modelos de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente, evidencia com grande nitidez os desejáveis enlaces entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialidade. (Plano de Desenvolvimento da Educação, 2007)

Os Institutos Federais possuem um foco bem definido no que diz respeito a sua missão educadora. Permanecem desde sua

criação incumbidos da formação, principalmente de nível médio, afim de atender uma demanda local. Sua missão é descrita no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, como:

A missão institucional dos Institutos Federais deve, no que respeita à relação entre educação profissional e trabalho, orientar-se pelos seguintes objetivos: ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão. (Plano de Desenvolvimento da Educação, 2007)

O mesmo documento esclarece que, referente a formação de docentes, os Institutos Federais devem buscar junto a sociedade em que estão inseridos, o reconhecimento como centros de excelência em formação continuada. A formação oferecida em tais centros deve, sempre que possível, atender a demanda social por formação de docentes pesquisadores e satisfazer a demanda regional tanto por professores quanto por programas de extensão:

Quanto à relação entre educação e ciência, o Instituto Federal deve constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, voltado à investigação empírica; qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino do ensino de ciências nas escolas públicas; oferecer programas especiais de formação pedagógica inicial e continuada, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de física, química, biologia e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional, e oferecer programas de extensão, dando prioridade à divulgação científica. (Plano de Desenvolvimento da Educação, 2007)

Os Institutos Federais apresentam-se para a sociedade com uma proposta remodelada de Instituição Federal com o intuito de promover a educação profissional e tecnológica de qualidade e, mantendo-se como modelo de instituição pública de sucesso. Além disso, busca manter-se como instituição socialmente referenciada que visa a formação de cidadãos críticos, autônomos e comprometidos com a sustentabilidade junto a sociedade em que está inserido.

Segundo Otranto (2010), o Instituto Federal atualmente é

[...] mais que um novo modelo institucional, é a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira. Está produzindo mudanças altamente significativas na vida e na história das instituições que optaram por aderir à proposta governamental, por esse motivo essas mudanças precisam ser acompanhadas bem de perto. (OTRANTO, 2010, p.89)

3 CONCLUSÃO

A educação no Brasil enfrentou e ainda enfrenta diversos empecilhos, os quais acabam refletindo diretamente no desempenho do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes e conseqüentemente nos resultados de exames de avaliação de qualidade do ensino. Tais empecilhos podem ser classificados como empecilhos políticos e financeiros, devido ao fato da maioria dos mesmos estarem relacionados com a falta de investimento dos governantes nas estruturas de ensino (escolas, material didático, pesquisa) e no reconhecimento salarial dos envolvidos com o processo.

As políticas sociais, dentre elas a política educacional, sempre estiveram submissas às políticas financeiras do país. Toda crise financeira repercute de forma mais impactante nas políticas sociais, ou seja, são as que sofrem primeiramente em tempos de arrochos de verbas.

As dificuldades evidenciadas na política educacional do Brasil sempre estiveram relacionadas com a falta de um plano educacional bem estruturado ao longo dos anos e ao fato do país não conseguir acompanhar as diferentes necessidades da educação nas últimas décadas. Por longos períodos não foi evidenciada a flexibilização das políticas educacionais a ponto das mesmas atenderem o desenvolvimento tecnológico pelo qual o mundo vive nos dias correntes.

Viu-se em alguns momentos que o país apresentou dificuldades perante a questão educacional e por muitas vezes ocorreram mudanças nas diretrizes de ensino afim de superá-las. As mudanças realizadas nas diferentes épocas podem ser analisadas com o propósito de busca dos pontos positivos para reaplicá-los/adequá-los as necessidades atuais - se possível, e análise dos pontos negativos para que não se volte a cometer erros já conhecidos em outrora.

Temos acompanhado nas últimas décadas diferentes ênfases ao campo educacional apresentado pelos governantes do Brasil. Houveram anos de incentivos generosos na política educacional, porém em outros tempos, não fomos capaz de identificar tal ênfase devido a sua inexistência. Estas alterações no investimento à educação, ainda que seja conhecida a realidade de que não se investe na educação o valor ideal, pode ser uma

das causas do baixo desempenho da política educacional brasileira.

Através da análise realizada neste trabalho, foi possível perceber que os maiores investimentos na área educacional ocorreram recentemente, no último período político nacional, onde os incentivos governamentais rumavam para a disponibilização do acesso à educação para todas as classes sociais e em diferentes níveis escolares. Muitos programas voltados para a educação surgiram neste último período, o que não se evidenciava em outros períodos políticos. Os números de indivíduos beneficiados por tais programas também deixam claro a ênfase dada ao campo educacional pelas políticas governamentais que atuaram no Brasil nos anos recentes.

4 REFERÊNCIAS

ANDREOTTI, Azilde. L. **O projeto de ascensão social através da educação escolarizada na década de 1930** Disponível em <http://pedagogiaaopedaletra.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2013/04/Sele-o-de-textos-sobre-a-Hist-ria-da-Educa-o-no-Brasil-Rep-blica.pdf> em 21/11/2016 as 21:40

ARAUJO, Maria Arlete Duarte de. e PINHEIRO, Helano Diógenes. **Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI.** em Avaliação Política Pública Educacional, vol. 18, núm. 69, Rio de Janeiro, p. 647-668, 2000

AVELLAR, Hélio de Alcântara. **Mudanças da legislação de ensino.** In: INVESTIGAÇÕES sobre experiências de educação técnica aplicáveis à educação geral. Belo Horizonte, UTRAMIG; Porto Alegre, CETRGS, 1970. v. 2.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia.** Banco Mundial. Washington, 1995, p.1-16.

BARBOSA, Luis Guilherme Camfiel. **O governo Lula e a política econômica brasileira: continuidade ou ruptura?** Revista *Todavia*, Ano 3, nº 4, jul. 2012

Brasil. Ministério da Educação. **Orientações curriculares do ensino médio.** Brasília, DF, 2004.

Brasil. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razão, princípios e programas – PDE, 2007.**

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e forma cívica.** Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

CASTRO, Jorge Abrahão de. **Financiamento da Educação no Brasil.** Em aberto. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação. INEP: Brasília, 2009.

CHADE, Jamil. **Brasil é um dos piores em qualidade de matemática e ciências**. Disponível em <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-e-um-dos-piores-em-qualidade-de-ensino-de-matematica-e-ciencias,10000061150> em 15/10/2016 – 17:31

CUNHA, Luiz Antônio. **Formação superior e hierarquias sociais**. Rio de Janeiro, Inst. Euvaldo Lodi, 1981.

----- . **Educação, estado e democracia no Brasil**. ed: Cortez, 2a ed. São Paulo, SP, 1995.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Nova York: UNICEF, 1990.

DEITOS, Roberto Antonio. **Os Organismos Internacionais e a Política Educacional Brasileira**. In: Xavier, Maria Elizabete S. P. (Org). *Questões de Educação Escolar*. Campinas, São Paulo: Alínea, 2007.

FARIA FILHO, Luciana Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

FREITAS, Helena Costa Lopes. **A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1203-1230, Especial out. 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 2003

----- . **Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI**. In: *Revista Brasileira de Educação*. V.16. n. 46. Jan/abr 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990, subordinação ativa e consentida à lógica do mercado, Educação e Sociedade**. Campinas, vol 24, nº 82, 2003

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico**, em Educação e Sociedade, vol.26, núm.92, Campinas, p. 1087-1113, 2005.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro, MEC, 1961-2, 2 vols.

FONSECA, Laura Souza. **Reestruturação produtiva, reforma do estado e formação profissional no início dos anos de 1990**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília, DF: Inep/MEC-Instituto Nacional de estudos e pesquisas sociais Anísio Teixeira, 2006.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Formação de Professores No Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação**. Revista Educação e Sociedade. Vol. 23. Nº. 80. Campinas. Set. 2002.

GATTI, Bernardete A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010
Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acessado em: 22 de nov. 2016.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação brasileira no Brasil (1930 – 1945)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

LIMA, Kátia. **Contra Reforma da Educação Superior e Formação Profissional em Serviço Social.** In: Temporalis/Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – ano VIII, n. 15 (jan./jun. 2008).

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MATTOS, Luiz Alves de. **Primórdios da educação no Brasil: o período heróico (1549-1570).** Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil.** São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>>. Acessado em: 02 de nov. 2016.

OTRANTO, Celia Regina. **Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs.** Publicado pela Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ), Ano I, nº1, jan-jun 2010, p. 89-110

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** 15. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

RUMMERT, Sônia M.; VENTURA, Jaqueline P. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola.** Curitiba/PR, Educar em Revista, nº 29, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil.** Campinas, Autores Associados, 2004.

SEVERINO, Antonio Joaquin. **Educação, ideologia e contra ideologia.** 1ª ed. São Paulo, EP, V, 1986.

SILVA, Jorge Luiz S. **Lições de um professor**. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 2 fev. 1981. Caderno B.

SOARES. Maria Clara Couto. **O Banco Mundial: Políticas e Reformas**. In: DE TOMMASI, L; WARD M.J.; HADDAD, S. (Orgs). O Banco Mundial e as políticas educacionais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

VERSIANI, Maria Helena. **Uma República na Constituinte (1985-1988)**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 233-252 - 2010

ZIENTARSKI, Gramsci; DE OLIVEIRA, Oséias Santos; PEREIRA, Sueli Menezes. **A educação e a escola brasileira: dialogando com Freire e Gramsci**. In: Revista Ibero-americana de Educação, 2010.

5 ANEXOS